

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	9
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	18



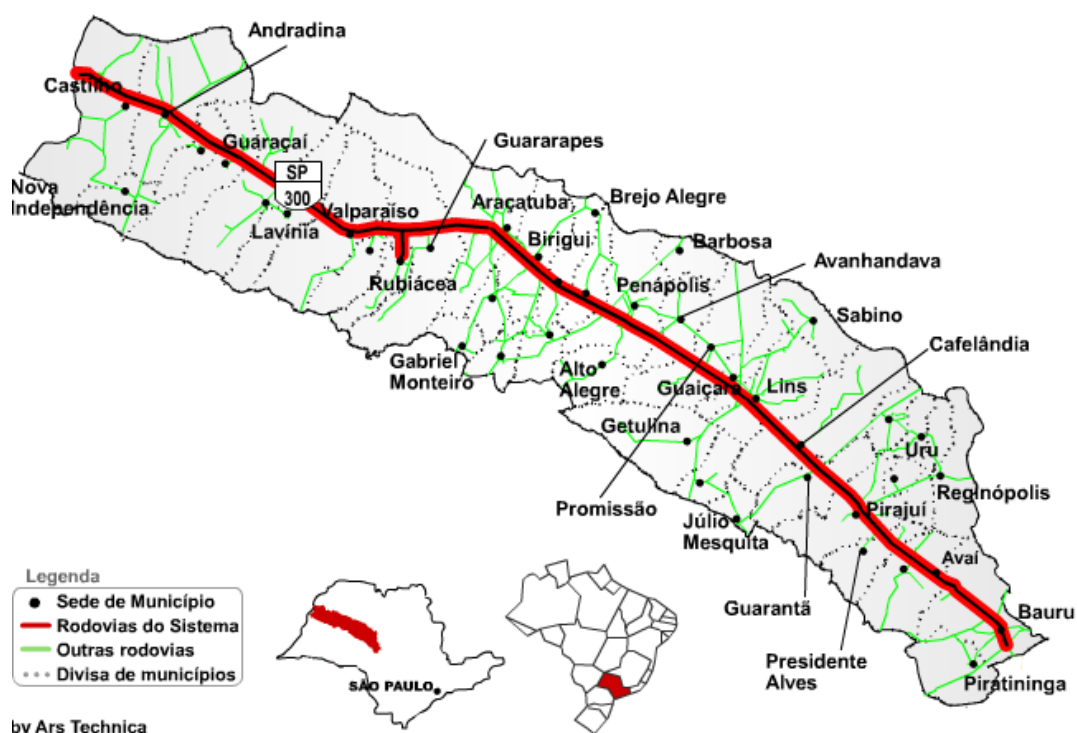
Relatório da Administração - 31 de Dezembro de 2022

31 de março de 2023 - A Concessionária ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A que administra 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon, divulga seus resultados relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 International Financial Reporting.

O mapa a seguir mostra o trecho explorado pela Companhia:



Marcos Máximo de Novaes Mendonça

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores*

Tel.: (14) 3533-2650

E-mail: ri@viarondon.com.br

<http://www.viarondon.com.br/contato>



Sobre a Concessão

Em maio de 2009, a ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Marechal Rondon Oeste. Para a gestão dos mais de 416,8 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 411 milhões a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-300 (Rodovia a Marechal Rondon), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo, são eles Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaiçara, Promissão, Avanhadava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho.

Durante o período de concessão, serão construídos 88,88 km de vias marginais, 22 km de faixas adicionais, 3 km de acostamentos, 13 passarelas além de Implantação e/ou Melhoramentos em 107 Dispositivos. Entre as principais obras estão as Marginais lindeiras a grandes cidades, como Bauru, Araçatuba e Birigui, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

2009

Início da Operação,
Construção de Praças de
Pedágio, e Investimentos
Iniciais Emergenciais



2011

Conclusão das Obras de
SAU's, CCO,
Equipamentos do
Sistema.



2013

Obras de Recuperação
de Acessos e Rev.
Pavimento



2015

Melhoria de 22
Dispositivos e da Marginal
de Coroados (1,65 km)



2016

Implantação de Passarela
km 338+000



2020

Início das Obras das
Marginais de Bauru
Lote 1



2021

Início das Obras do km
336+500 ao km
348+000 Leste e Oeste
Bauru
Lote 2



2022

Conclusão da
Obra do viaduto da
Cruzeiro do Sul



Destaques:

Tráfego	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento de 7,54% no tráfego de pedágio ✓ Aumento de 12,45% no tráfego em eixos equivalentes. 	
Receita Operacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ R\$ 262 milhões de receita líquida. 	
Obras	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Obras das Marginais de Bauru - SP-336 até SP-347 ✓ Obras das Marginais de Araçatuba ✓ Conclusão do 2º Ciclo de intervenção dos Pavimentos 	

Tráfego

No ano de 2022 o volume de tráfego teve um aumento de 7,54% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou de 6,15%, enquanto comercial teve um aumento de 11,33%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2022*	2021*	Variação
Passeio	15.779.138	14.864.427	6,15%
Comercial	6.080.146	5.461.473	11,33%
Total	21.859.284	20.325.900	7,54%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

No ano de 2022 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 12,45% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 6,25% e o comercial em 16,43%.

>> Eixos Equivalentes

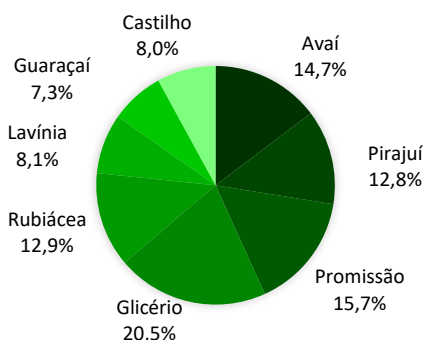
Tráfego em milhares de veículos	2022*	2021*	Variação
Passeio	15.560.905	14.645.377	6,25%
Comercial	26.572.634	22.823.031	16,43%
Total	42.133.539	37.468.408	12,45%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro.

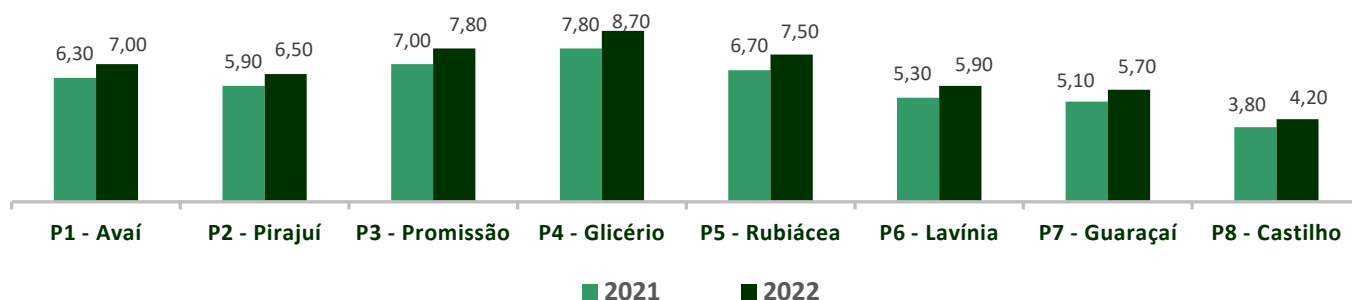
A Companhia teve seu tráfego de veículos, sua principal receita, afetada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, devido ao Governo do Estado de São Paulo ter decretado o período de quarentena para conter o avanço desta pandemia no Estado em 2020, liberando somente as atividades essenciais a continuarem funcionando. Com a flexibilização da quarentena o tráfego de veículos da Companhia já vem apresentando sua retomada desde 2021.

>> Tráfego por praça

O corredor localizado oeste da rodovia Marechal Rondon na (SP-300) composto pelas praças de pedágio de Avaí, Pirajuí, Promissão, Glicério, Rubiácea, Lavínia, Guaraçaí e Castilho, onde Promissão, Glicério e Avaí representam a maior parte da receita da companhia, cerca de 49% em eixos equivalentes



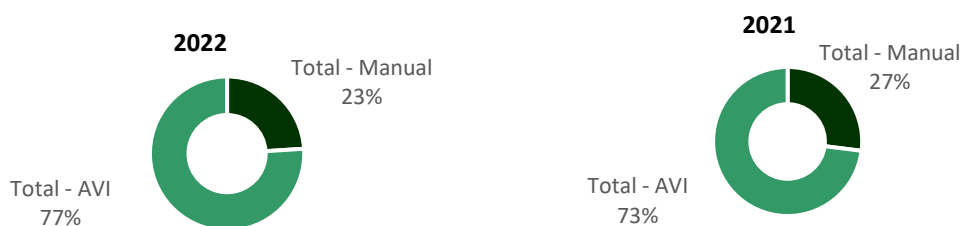
A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2022 é de R\$ 6,66 contra R\$ 5,99 em 2021.



>> Receita

A Concessionária obteve no ano de 2022, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 272.859 mm (R\$ 221.207 mm em 2021) e arrecadou R\$ 14.932 mm (R\$ 13.576 mm em 2021) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e Cofins totalizando R\$ 25.317 mm no ano de 2022 (R\$ 19.642 mm em 2021).

>> Formas de Pagamento



Receitas (em R\$ mil)	2022*	2021*	Variação
Receitas de Pedágio	272.859	221.207	23,35%
Receitas Acessórias	14.932	13.576	9,99%
Impostos sobre Receitas	(25.317)	(19.642)	28,89%
Receitas Operacionais	262.474	215.141	22,00%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro.

Obras e Investimentos

Os investimentos no ano de 2022 incluem, serviços para manutenção da vida útil dos elementos da rodovia, tais como defensas metálicas, sinalização, drenagem, dentre outros.

Investimentos em outros elementos, tais como, equipamentos e sistemas são realizados anualmente, visando a manutenção da melhor condição operacional destes, por meio de aquisições de novos equipamentos em substituições a existentes, sempre que constatada sua necessidade técnica ou superada a vida útil.

A seguir, alguns destaques de investimentos em andamentos e recém concluídos:



Obras das Marginais de Bauru

Conjunto de Obras inclui, construção de vias marginais em ambas as margens da SP 30, melhorias em 10 Dispositivos, construção de 5 passarelas. A Obra foi segmentada em 4 lotes, sendo dois destes lotes 1 e 2, já concluído e entregues a operação. Atualmente, o lote 3 está em obras.



Dispositivo do km 528 Araçatuba

Melhoria do dispositivo existente reconfigurando para um dispositivo Tipo 5 - Parclo com rotatória. Implantar rotatórias compatíveis com o giro de veículos do tipo CVC e para o encaixe das vias marginais a serem implantadas. Adequar as faixas de aceleração e desaceleração (comprimento e largura).



Obras de Revitalização do Pavimento

Obras que visam a recuperação da vida útil do pavimento. São previstos 5 ciclos de intervenções ao longo do período do contrato. O 1º já foi concluído e o 2º será concluído em dez/2022, conforme cronograma vigente.



Substituições dos Painéis de Mensagem Variável

São previstos investimentos para implantação e revitalização dos equipamentos operacionais, tais como equipamentos de fiscalização, controle operacional, de arrecadação, veículos etc. A exemplo, temos os Painéis de Mensagem Variável, recém substituídos.



Obras das Marginais de Araçatuba

Conjunto de Obras inclui, construção de vias marginais em ambas as margens da SP 300, melhorias em 6 Dispositivos, implantação de 3 passarelas. Além do início das marginais, foram concluídos os dispositivos dos Km 528 e 530 além da construção da Obra de Arte do dispositivo do Km 535.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2022*	2021*	Variação
Com Pessoal	(26.567)	(20.707)	28,30%
Manutenção e conservação	(11.516)	(10.100)	14,02%
Serviço de terceiros	(16.961)	(19.357)	(12,38%)
Ônus variável da concessão	(4.345)	(3.538)	22,81%
Seguros e Garantias	(148)	(118)	25,37%
Outras receitas e despesas	(3.430)	(1.306)	162,52%
Total	(62.966)	(55.126)	14,22%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro.

Ebitda

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela a seguir é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2022	2021
Resultado antes das despesas financeiras	78.115	70.267
Depreciação	390	728
Amortização	42.991	32.145
EBITDA	121.496	103.140
Provisão para manutenção	80.181	55.583
Provisão para contingências	1.195	-577
EBITDA AJUSTADO	202.872	158.146

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro.

Responsabilidade Socioambiental



Projeto Via pela Vida

Esta ação tem como objetivo principal atender os motoristas da rodovia e levar orientações sobre nutrição, bem-estar e saúde física e mental. Entre janeiro e maio de 2022 mais de 750 usuários foram atendidos pelo programa e receberam orientações, aferição de pressão e brindes.



Projeto Acorda Motorista

O projeto "Acorda Motorista" é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada para passar orientações sobre segurança viária e direção consciente. Cerca de 370 usuários foram

abordados no decorrer todo o período de 2022, recebendo panfletos informativos e orientações, além de uma pausa para cuidar da saúde através da aferição de pressão arterial.

Agosto Lilás



“Agosto Lilás” é uma campanha de combate à violência contra a mulher. Ele foi desenvolvido em referência ao aniversário da Lei Maria da Penha, criada em 7 de agosto de 2006. Abordar o assunto dentro das empresas é uma forma de levar informação, principalmente a mulheres que por vezes não identificam por conta própria que se encontram em condições de abusos sejam eles físicos, sexuais ou psicológicos e promover conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

Semana Nacional do Trânsito



A Semana Nacional do Trânsito 2022 acontece de 18 a 25 de setembro e tem por objetivo promover reflexão a respeito da importância das medidas de segurança no trânsito. A ViaRondon participou da Semana com uma extensa programação de ações diárias com o intuito de mobilizar toda a sociedade a olhar para o seu comportamento no trânsito e a sua responsabilidade com a segurança viária e a preservação da vida.

Natal Solidário



O tradicional Natal Solidário, que promoveu a arrecadação de brinquedos para crianças em situação de vulnerabilidade social. Foram entregues mais de 150 brinquedos para crianças em situação de vulnerabilidade social, levando alegria, sorrisos e um Natal especial. A Casa Lar de Lins, o Centro Comunitário de Guaiçara e o Lar da Esperança de Promissão foram as instituições beneficiadas.

Recursos Humanos

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Conforme demonstramos no quadro a seguir, a Companhia tem um compromisso com a diversidade no ambiente de trabalho, adotando uma postura madura diante da pluralidade que nossa sociedade apresenta, acolhendo os colaboradores nas suas diferenças.

Indicadores Pessoais	2022	2021
Colaboradores diretos	626	616
Colaboradores indiretos	480	720

A seguir demonstramos algumas ações realizadas com nossos colaboradores:

Palestra LER/DORT



Dia dos Pais

Dia das Mulheres



Outubro Rosa

Dia Mundial da Saúde



13 ANOS VIARONDON

Páscoa Solidária





A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é tetracampeã na categoria Eficiência dos Serviços Operacionais do Prêmio Concessionária do Ano 2021, realizado pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A ViaRondon foi eleita pela quarta vez a melhor concessionária na prestação de serviços operacionais aos seus usuários. São avaliados nesta categoria os atendimentos pré-hospitalar, de socorro mecânico e guincho, e o sistema automático de pagamento de tarifas. O investimento em equipamentos implantados para monitoramento da rodovia, como câmeras de vídeo e de auxílio aos usuários (Call boxes e painéis de mensagens variáveis), também foram considerados na pontuação.

É o resultado do nosso esforço em conectar vidas, reflexo do trabalho em equipe, com persistência para alcançar metas.

Relacionamento com o Auditor

Em 2022, a Concessionária não contratou a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

* * *

Diretoria

Guilherme Bastos Martins

Diretor Presidente

Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Relações Institucionais

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia

CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
13º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A
Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes às demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31, durante o exercício de 2022 a Companhia revisou sua política contábil com relação à capitalização de juros relacionada à aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12 – Service Concession Arrangements) e respectivos efeitos tributários. Como resultado, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como requerido pela norma NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente à norma IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*). Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, antes dos referidos ajustes de reapresentação mencionados, foram anteriormente auditadas por nós, cujo relatório, datado de 25 de março de 2022, não continha modificação. O balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por nós antes dos ajustes de reapresentação mencionados (tendo sido derivado das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020), cujo relatório, datado de 26 de março de 2021, não continha modificação.

Transações significativas com Partes Relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 6, considerando que a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas, principalmente junto a parte relacionada BRVias Holding VRD S.A. Dessa forma, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Adições no ativo intangível

Nota Explicativa nº 13 – Capitalização dos juros no ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação da norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlata ao IFRIC 12), a qual prevê a forma de tratamento contábil da obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e, conseqüentemente, do ativo intangível, é afetada por estimativas devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível envolvido e período de capitalização. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e no ativo intangível como área significativa e de risco para nossa auditoria e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativos de contrato de concessão e intangível, incluindo aqueles relacionados ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo intangível para análise da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; (iii) avaliação da natureza dos gastos

capitalizados e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis aplicáveis; (iv) desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas; e (v) avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Adicionalmente realizamos, como parte de nossos procedimentos de auditoria, procedimentos de revisão do ambiente de controles internos da Companhia para mensuração, cálculo e registro da capitalização dos gastos com ativos de concessão. Efetuamos testes sobre determinadas transações e análise das mensurações e registros realizados pela Companhia com o objetivo de confirmarmos a consistência do referido processo. Como resultado, identificamos deficiência com relação ao processo de mensuração, cálculo e registro dos gastos com ativos de concessão, adotados pela Companhia.

Dessa forma, nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria planejados foram alterados na extensão e forma para obtermos evidências apropriadas e suficientes de auditoria. Nossa revisão do desenho dos controles internos implementados pela administração da Companhia para mensuração, cálculo e registro de gastos com ativos de concessão forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado e reportado aos responsáveis pela governança a respeito da necessidade de ajustes.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para mensuração, cálculo e registro dos gastos com ativos de concessão, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e

da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2023



Marcelo Castro Valentini
CT.CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) e 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

ATIVO				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.658	845	758
Aplicações financeiras	9	41.301	27.810	63.851
Contas a receber	10	21.112	16.563	13.606
Despesas pagas antecipadamente	-	1.179	1.343	384
Adiantamento a fornecedores	-	2.128	1.050	736
Partes relacionadas	11	2.917	2.593	2.413
Outros créditos	-	761	602	3.199
Total do ativo circulante		71.056	50.806	84.947
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	-	1.471	1.767	2.212
Total do realizável a longo prazo		1.471	1.767	2.212
Imobilizado	12	11.680	10.992	6.004
Intangível - Reapresentado	13	1.345.155	1.264.166	1.129.673
Total do ativo não circulante		1.358.306	1.276.925	1.137.889
Total do ativo		1.429.362	1.327.731	1.222.836

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) e 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	37.787	31.517	28
Debêntures	14	47.083	43.207	39.745
Fornecedores	16	55.798	109.322	62.920
Arrendamento por direito de uso	-	1.928	755	427
Passivo fiscal	-	3.107	2.826	3.900
Obrigações sociais	-	4.715	2.509	2.005
Provisão para manutenção	17	10.189	9.653	12.286
Partes Relacionadas	11	1.140	5.607	10.868
Outras contas a pagar	-	10.905	9.959	16.533
Total do passivo circulante		<u>172.652</u>	<u>215.355</u>	<u>148.712</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	2.611	3.888	-
Debêntures	14	765.013	723.996	648.935
Arrendamento por direito de uso	-	2.323	834	96
Provisão para manutenção	17	19.467	10.649	30.258
Partes Relacionadas	11	101.884	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	67.525	44.750	27.034
Provisão para contingências	19	2.181	986	1.563
Total do passivo não circulante		<u>961.004</u>	<u>785.102</u>	<u>707.886</u>
Patrimônio líquido				
Capital integralizado	20	402.651	402.651	402.651
Prejuízos acumulados	20	(106.946)	(75.378)	(36.413)
Total do patrimônio líquido		<u>295.705</u>	<u>327.274</u>	<u>366.238</u>
Total do passivo		<u>1.133.656</u>	<u>1.000.457</u>	<u>856.598</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.429.362</u>	<u>1.327.731</u>	<u>1.222.836</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	21	355.564	344.478
Custo dos serviços prestados - Reapresentado	22	(184.953)	(141.803)
Custo de construção	22	(91.239)	(128.283)
Lucro bruto		79.372	74.391
Despesas gerais e administrativas	22	(1.257)	(4.124)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		78.115	70.267
Receita financeira	23	5.480	2.513
Despesa financeira - Reapresentado	23	(92.387)	(94.031)
Despesas financeiras líquidas		(86.907)	(91.518)
Resultado antes dos impostos		(8.792)	(21.251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Reapresentado	18	(22.776)	(17.715)
Prejuízo do exercício		(31.568)	(38.966)
Prejuízo básico diluído por ação em milhares de reais		(0,06326)	(0,07809)
Resultado por ação			
Total capital social (em reais)	24	499.000.000	499.000.000
Total resultado por ação (em reais)	24	(0,00006326)	(0,00007809)
Total capital social (em milhares de reais)	24	499.000	499.000
Total resultado por ação (em milhares de reais)	24	(0,06326)	(0,07809)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Prejuízo do exercício	(31.568)	(38.966)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(31.568)</u>	<u>(38.966)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) e 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	499.000	(96.349)	402.651	(36.413)	366.238
Prejuízo do exercício	-	-	-	(38.965)	(38.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	499.000	(96.349)	402.651	(75.378)	327.274
Prejuízo do período	-	-	-	(31.568)	(31.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	499.000	(96.349)	402.651	(106.946)	295.705

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(31.568)	(38.966)
Ajustes para:		
Depreciação	390	728
Amortização - Reapresentado	42.992	32.145
Baixa do ativo imobilizado líquida	6.084	1.879
Provisão para manutenção	70.728	55.583
Provisão para contingências	1.195	(577)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures - Reapresentado	103.627	125.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Reapresentado	22.776	17.715
	<u>216.224</u>	<u>193.599</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(4.549)	(2.957)
Despesas pagas antecipadamente	164	(959)
Outros créditos	(941)	2.728
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(53.524)	46.402
Passivo fiscal corrente	281	(1.074)
Obrigações sociais	2.206	504
Consumo de provisão para manutenção	(61.374)	(77.826)
Outros passivos	3.608	(5.504)
Juros pagos	(52.332)	(43.788)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>49.763</u>	<u>111.124</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Partes relacionadas		
Aplicações financeiras	(273.270)	(208.836)
Resgate das aplicações	259.779	244.876
Aquisição de imobilizado	(7.162)	(7.595)
Adição ao intangível - Reapresentado	(123.981)	(166.638)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(144.634)</u>	<u>(138.192)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	35.233	38.700
Partes relacionadas	97.093	(5.441)
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(36.642)	(6.104)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	<u>95.684</u>	<u>27.155</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>813</u>	<u>87</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro de 2022	845	758
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022	<u>1.658</u>	<u>845</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
Receitas operacionais	<u>380.880</u>	<u>364.119</u>
Serviços prestados	272.859	221.207
Receita de construção	91.239	128.283
Outras receitas	16.782	14.629
Insumos adquiridos de terceiros	(206.893)	(217.223)
Custos serviços prestados - Reapresentado	(16.961)	(19.357)
Custo de construção	(91.239)	(128.283)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(98.693)	(69.583)
Valor adicionado bruto	<u>173.987</u>	<u>146.896</u>
Depreciação de imobilizado	(390)	(2.384)
Amortização de intangível - Reapresentado	(42.992)	(31.237)
Valor adicionado líquido produzido	<u>130.605</u>	<u>113.275</u>
Receitas financeiras	5.480	2.513
Valor adicionado total a distribuir	<u>136.085</u>	<u>115.788</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>23.347</u>	<u>17.987</u>
Remuneração direta	17.067	12.834
Benefícios	4.969	4.113
FGTS	1.175	928
Outros	136	112
Impostos, taxas e contribuições	<u>51.461</u>	<u>41.086</u>
Federais	36.910	29.784
Estaduais	151	157
Municipais	14.400	11.145
Remuneração de capitais de terceiros	<u>92.845</u>	<u>95.681</u>
Juros	92.387	94.031
Aluguéis	458	1.650
Remunerações de capitais próprios	<u>(31.568)</u>	<u>(38.966)</u>
Prejuízo do exercício	(31.568)	(38.966)
Total distribuição valor adicionado	<u>136.085</u>	<u>115.788</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 27.984 (prejuízo de R\$ 37.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), e capital circulante líquido negativo de R\$ 101.596 (R\$ 164.550 em 31 de dezembro de 2021). A Administração vem implementando medidas de redução de custos buscando mitigar os efeitos da frustração de demanda, podendo ainda contar com eventuais novas captações. A disciplina da

Companhia em controle de redução de custo aliada a recuperação de demanda que vem observando desde 2021 conforme acima demonstrado, sustentam a tendência de melhora do capital circulante líquido.

Efeitos da Covid-19

Conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades nos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as principais medidas adotadas para superar a pior fazer do Covid-19:

- Criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa;
- Divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros;
- Acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos;
- Adesão ao programa federal de postergações de pagamento de impostos; readequação do quadro de pessoal; adoção da MP 936 que flexibilizou as jornadas de trabalho e discussões com Artesp sobre flexibilizações.
- Atualmente estamos com 100% dos colaboradores vacinados com a 3ª dose da vacina contra o Covid-19.

A concessionária teve um aumento no seu custo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 8.133 quando comparado com 2021, onde os maiores gastos foram com pessoal, devido a internalização dos serviços de conservação da rodovia.

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(16.961)	(19.357)
Com pessoal	(26.567)	(20.707)
Custo de contrato concessão	(16.009)	(13.756)
Outros	(4.275)	(1.859)
Total	(63.812)	(55.679)

Em 2022, a Companhia identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas.

Praça de Pedágio	Eixos e equivalentes		Variação	
	2022	2021	22 x 21	%
P1-Avaí	6.013	5.247	766	14,59%
P2-Pirajuí	5.526	4.787	739	15,44%
P3-Promissão	5.939	5.164	775	15,00%
P4-Glicério	6.741	6.148	592	9,64%
P5-Rubiácea	4.916	4.495	421	9,36%
P6-Lavínia	3.977	3.535	442	12,50%
P7-Guaraçaí	3.742	3.339	403	12,08%
P8-Castilho	5.280	4.753	527	11,09%
	42.134	37.468	4.665	12,46%

Variação

Praça de Pedágio	Em R\$ mil		22 x 21	
	2022	2021	R\$	%
P1-Avaí	40.084	31.846	8239	25,87%
P2-Pirajuí	34.342	27.116	7225	26,65%
P3-Promissão	44.056	34.948	9108	26,06%
P4-Glicério	55.691	46.218	9473	20,50%
P5-Rubiácea	34.962	29.057	5905	20,32%
P6-Lavínia	22.320	18.080	4239	23,45%
P7-Guaraçai	20.255	16.562	3692	22,29%
P8-Castilho	21.150	17.380	3770	21,69%
	272.859	221.207	51.652	23,35%

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender à população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puder ser mensurados.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção; e
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do

valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode

corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

ii) • Direito de exploração de infraestrutura concedida:

Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1 / IFRIC 12) A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

iii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

iv) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

v) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

vi) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos:

- a) O que significa um direito de postergar a liquidação
- b) O direito de postergar deve existir na data-base do relatório

- c) Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
d) Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

A Companhia irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Bancos	1.546	733	654
Fundo de troco/numerários trans.	112	112	104
Total	1.658	845	758

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

9. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Aplicação financeira – garantia	41.301	27.810	63.851

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes na Nota Explicativa nº 14.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Pedágio eletrônico	15.077	13.876	11.298
Visa - vale-pedágio	85	262	176
PROTEGE SA PROTECAO E TRANSPORTE	1.161	2.027	-
Brinks 's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	-	-	1.823
DBTrans S/A	161	213	196
Outros	4.628	185	113
Total	21.112	16.563	13.606

Idade de vencimento dos títulos	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Créditos a vencer até 30 dias	17.156	15.945	13.255
Créditos a vencer até 60 dias	1.280	618	351
Créditos a vencer até 90 dias	2.676	-	-
Total	21.112	16.563	13.606

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes significativos vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Diretores estatutários	44	35

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

Ativo	Nota	Saldo em aberto em		
		31/12/2022	31 /12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.707	1.470	1.468
BRVias S.A.	(v)	1.210	1.123	945
Total		2.917	2.593	2.413
Passivo				
BRVias Holding VRD S.A.	(vi)	(101.884)	(5.000)	-
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(395)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(1.140)	(607)	(10.461)
Outros	(iv)	-	-	(12)
Total		(103.024)	(5.607)	(10.868)
Total líquido		(100.107)	(3.014)	(8.455)

Em 2022 a Companhia captou com a parte relacionada BRVias Holding VRD S.A, recursos financeiros no montante de R\$ 100.465 a título de mútuos para fins de fluxo de caixa operacional com prazo de pagamento até 2036, a taxa de 103% do CDI.

b) Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	(298)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(8.150)	(18.300)
BRVias S.A.	(v)	-	(972)
Outros	(iv)	(54)	(114)
Total		(8.203)	(19.684)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia, bem como outros serviços de manutenções;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados; e
- (vi) Mútuo junto a acionista para finalidade de fluxo de caixa.

12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.093	7.049	2.786	4.331	19.259
Adições	524	3.708	160	3.203	7.595
Baixas	(1)	(170)	(73)	(1.635)	(1.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.616	10.587	2.873	5.899	24.975
Adições	189	588	1.000	5.385	7.162
Baixas	(2)	(65)	(323)	(5.694)	(6.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.803	11.110	3.550	5.590	26.053
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)
Depreciação no exercício	(240)	(856)	(173)	541	(728)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)
Depreciação no período	(278)	(1.048)	(190)	1.126	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.829)	(6.426)	(1.979)	(1.139)	(14.373)
Valor líquido contábil					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	782	2.527	1.170	1.525	6.004
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.065	5.209	1.084	3.634	10.992
Saldo em 31 de dezembro de 2022	974	4.684	1.571	4.451	11.680

13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2021	35.171	494.959	8.167	413.597	410.352	3.487	2.902	1.368.635
Aquisições e construções	-	39.340	-	-	126.386	-	912	166.638
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.171	534.299	8.167	413.597	536.738	3.487	3.814	1.535.273
Aquisições e construções	389	236.694	-	-	(117.388)	-	4.286	123.981
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.560	770.993	8.167	413.597	419.350	3.487	8.100	1.659.254
Amortização acumulada								
Saldo em 1o de janeiro de 2021	(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(48.739)	(1.394)	(2.425)	(238.962)
Amortização do período	(1.446)	(10.036)	(303)	(11.683)	(8.183)	(162)	(332)	(32.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.721)	(86.817)	(2.852)	(106.482)	(56.922)	(1.556)	(2.757)	(271.107)
Amortização do período	(1.918)	(13.310)	(402)	(15.494)	(10.380)	(215)	(1.273)	(42.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.639)	(100.127)	(3.254)	(121.976)	(67.302)	(1.771)	(4.030)	(314.099)
Valor líquido contábil								
Em 1o de janeiro de 2021	22.896	418.178	5.618	318.798	361.613	2.093	477	1.129.673
Em 31 de dezembro de 2021	21.450	447.482	5.315	307.115	479.816	1.931	1.057	1.264.166
Em 31 de dezembro de 2022	19.921	670.866	4.913	291.621	352.048	1.716	4.070	1.345.155

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 28.456 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 37.504 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 31% (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

14. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	841.464	799.054	723.016
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(29.368)	(31.851)	(34.336)
Total					812.096	767.203	688.680
Circulante					47.083	43.207	39.745
Debêntures					49.566	45.690	42.229
(-) Comissão					(2.484)	(2.483)	(2.484)
Não circulante					765.013	723.996	648.935
Debêntures					791.897	753.363	680.787
(-) Comissão					(26.884)	(29.367)	(31.852)

Composição por vencimento:

Vencimento em:	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
2022 a 2034			648.935
2023 a 2034	-	723.669	-
2025 a 2034	765.013		
Total	765.013	723.669	648.935

Movimentação das debêntures:

	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Saldos iniciais	767.203	688.680	461.430
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento do principal	(2.107)	(1.937)	(446.081)
Pagamentos de juros	(45.878)	(41.978)	(84.880)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(47.985)	(43.915)	(530.961)
Outras variações			
Novas Captações	-	-	700.007
Despesas de juros	92.878	122.438	58.204
Total de outras variações	92.878	122.438	758.211
Saldos finais	812.096	767.203	688.680

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000.

Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros

semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os **(1)** mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; **(2)** operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 33.715 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.347. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 29.368.

15. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)	
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	-	-	28
CCB (ii)	4,17% a 7,10%	CDI	2023	35.024	31.517	31.517
Leasing (i)	4,40% a 7,41%	CDI	2024 – 2027	5.374	3.888	3.888
Total			40.398	35.405	35.433	
Circulante			37.351	31.517	31.545	
Não circulante			3.047	3.888	3.888	

- (i) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Banco DDL e Banco Mercedes, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens; e
- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Pine, na modalidade de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.

Composição por vencimento:

Vencimento em	2021
2022	31.517
Acima 2023	3.888
Total	35.405

Vencimento em	2022
2023	37.351
Acima 2024	3.047
Total	40.398

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Saldos iniciais	35.405	28	173.708
Varição do fluxo de caixa de financiamento			
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(34.535)	(4.167)	(171.835)
Pagamentos de juros	(6.454)	(1.810)	(1.845)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(40.988)	(5.977)	(173.680)
Outras variações			
Novas captações	35.233	38.700	-
Despesas de juros	10.749	2.654	-
Total de outras variações	45.981	41.354	-
Saldos finais	40.398	35.405	28

16. Fornecedores

	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Fornecedores diversos	21.035	31.748	48.218
Fornecedores – Risco Sacado (ii)	23.342	64.544	-
Medições a pagar	-	506	3.734
Retenções (i)	11.421	12.524	10.968
Total	55.798	109.322	62.920

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.
- (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

Composição por vencimento do total de “Fornecedores diversos” e “Fornecedores – risco sacado”:

		31/12/2021	01/01/2021
		31/12/2022 (Reapresentado)	(Reapresentado)
A vencer			
Até 180 dias	38.669	92.340	37.246
De 181 a 360 dias	2.969	425	7.585
Total	41.638	92.765	44.831
Vencidas			
Até 30 dias	1.264	1.038	2.014
De 31 a 360 dias	2.140	2.489	1.373
Total	3.404	3.527	3.387
Total	45.042	96.292	48.206

17. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Passivo circulante	10.189	9.653	12.286
Passivo não circulante	19.4667	10.649	30.258
Total	29.656	20.302	42.544

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2021	42.545
Realização por consumo	(77.826)
Adições	55.583
Em 31 de dezembro de 2021	20.302
Realização por consumo	(61.374)
Adições	70.728
Em 31 de dezembro de 2022	29.656

18. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo			
Prejuízo fiscal e base negativa	18.138	38.138	38.138
Provisão para manutenção	12.023	6.903	14.465
Outras provisões temporárias	1.252	380	576
Total	31.413	45.421	53.179
Passivo			
Custos dos empréstimos	(69.835)	(62.012)	(50.569)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(29.103)	(28.159)	(29.644)
Total	(98.938)	(90.171)	(80.213)
Total	(67.525)	(44.750)	(27.034)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 01/01/2021	Movimentação no resultado de 2022	Movimentação no resultado de 2021
Ativo					
Prejuízo fiscal e base negativa	18.138	38.138	38.138	20.000	-
Provisão para manutenção	12.023	6.903	14.465	(5.120)	7.562
Outras provisões temporárias	1.252	380	576	(872)	196
Total	31.413	45.421	53.179	14.008	7.758
Passivo					
Custos dos empréstimos	(69.835)	(62.012)	(50.569)	7.823	11.443
Intangíveis - efeito temporário	(29.103)	(28.159)	(29.644)	945	(1.486)
Total	(98.938)	(90.171)	(80.213)	8.768	9.957
Total	(67.525)	(44.750)	(27.034)	22.776	17.715

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	446.005	255.943	184.246

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2027, como demonstrado a seguir:

2023	24.816
2024	87.863
2025	105.538
2026	125.721
2027	102.067
Total	446.006

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	2022	2021 Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.792)	(21.251)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(2.989)	(7.225)
(-) Adições permanentes/ (+) Exclusões Permanentes	(22.776)	(17.715)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.776)	(17.715)
Total	259%	83%

19. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022, está provisionado o montante de R\$ 2.182 (R\$ 986 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 1.563 em 1 de janeiro de 2021), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação:

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2020	871	692	1.563
Provisão	952	314	1.266
Reversão de provisão	(1.350)	(493)	(1.843)
Saldo final 31 de dezembro de 2021	473	513	986
Provisão	2.083	800	2.883
Reversão de provisão	(1.219)	(470)	(1.689)
Saldo final 31 de dezembro de 2022	1.338	844	2.182

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 13.948 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 13.292 em 31 de dezembro de 2021 e R\$27.164 em 1 de janeiro de 2021).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 41.000 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	84	10.981	84	9.149
Trabalhistas	43	2.967	50	4.143
Total	127	13.948	134	13.292

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 1 de janeiro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 e a integralizar R\$ 96.349, e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar, quando aplicáveis, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

21. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de pedágios	272.859	221.207
Receitas acessórias	16.782	13.576
Receita de construção	91.239	128.283
Outras receitas	-	1.053
Tributos incidentes	(25.317)	(19.641)
Total	355.563	344.478

22. Gastos por natureza

A seguir a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Serviços de terceiros	(16.961)	(19.356)
Com pessoal	(26.567)	(20.707)
Amortização e depreciação	(43.382)	(31.873)
Constituição de provisão para manutenção	(80.238)	(55.775)
Custo de contrato concessão	(16.009)	(13.756)
Outros	(3.053)	(1.790)
Total	(186.210)	(143.257)
Custo dos serviços prestados	(184.953)	(139.133)
Despesas administrativas e gerais (i)	(1.257)	(4.124)
Custo de construção	(91.239)	(128.283)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

23. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.480	2.513
Total das receitas financeiras	5.480	2.513
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(84.362)	(90.320)
Outras despesas financeiras	(8.025)	(3.711)
Total das despesas financeiras	(92.387)	(94.031)
Resultado financeiro líquido	(86.907)	(91.518)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os semestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do exercício	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - expresso em milhares de reais
2022	(31.568)	499.000.000	(0,06326)
2021	(38.966)	499.000.000	(0,07809)

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2022	Notas	Custo amortizado		
		31/12/2021 31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.658	845	758
Aplicação financeira	9	41.301	27.810	63.851
Contas a receber de clientes	10	21.112	16.563	13.606
Outros créditos		761	602	3.199
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	14	40.398	35.405	28
Debêntures	15	812.096	767.203	688.680
Fornecedores e partes relacionadas passivas	16	158.822	114.929	65.417

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através

de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados:

Em 31/12/2022	Contábil	Fluxo contratual	2023	Acima de 2024
Empréstimos e financiamentos	40.398	40.398	37.754	2.644
Debêntures	812.096	2.072.666	50.515	2.022.150
Fornecedores e partes relacionadas passivas	158.822	158.822	55.798	103.024
Total	1.011.316	2.271.886	144.067	2.127.818

Em 31/12/2021	Contábil	Fluxo contratual	2022	Acima de 2023
Empréstimos e financiamentos	35.405	38.489	38.489	
Debêntures	767.203	2.388.824	48.467	2.340.357
Fornecedores e partes relacionadas passivas	114.929	114.929	114.929	-
Total	917.537	2.541.567	201.210	2.340.357

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2022 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa

exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

	Risco	Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de taxa variável			
Debêntures	IPCA	812.096	767.203

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS, ambas em 31 de dezembro de 2022.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página.

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	812.096	Aumento IPCA	5,79%	(47.377)	7,23%	(59.221)	8,68%	(71.065)
Empréstimos e Financiamentos	40.398	Aumento CDI	13,65%	(2.157)	17,06%	(2.696)	20,48%	(3.236)
Total dos passivos financeiros	852.494			(49.534)		(61.918)		(74.301)
Impacto no resultado do período apresentado				(49.534)		(61.918)		(74.301)

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	812.096	Redução IPCA	5,79%	47.377	4,34%	35.533	2,89%	23.688
Empréstimos e Financiamentos	40.398	Redução CDI	13,65%	2.157	10,24%	1.618	6,83%	1.079
Total dos passivos financeiros	852.494			44.935		33.701		22.468
Impacto no resultado do período apresentado				44.935		33.701		22.468

Instrumentos	Exposição 31/12/2021 Risco		Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	767.203	Aumento IPCA	10,06%	(43.521)	12,58%	(54.401)	15,09%	(65.282)
Empréstimos e financiamentos	35.405	Aumento CDI	9,15%	(3.956)	11,44%	(4.945)	13,73%	(5.934)
Total dos passivos financeiros	837.544			(47.477)		(59.346)		(71.216)
Impacto no resultado do período apresentado				(47.477)		(59.346)		(71.216)

Instrumentos	Exposição 31/12/2021 Risco		Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	767.203	Redução IPCA	10,06%	43.521	7,55%	32.641	5,03%	21.761
Empréstimos e financiamentos	35.405	Redução CDI	9,15%	3.956	6,86%	2.967	4,58%	1.978
Total dos passivos financeiros	837.544			44.935		33.701		22.468
Impacto no resultado do período apresentado				44.935		33.701		22.468

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2022 a maio/2023	58.308
Garantia ampliação	Maio/2022 a maio/2023	81.368
Operacionais	Maio/2022 a maio/2023	2.137.732
Responsabilidade civil	Maio/2022 a maio/2023	41.000

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

27. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

29. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve aquisições de ativos imobilizados e intangíveis com efeito não caixa.

31. Reapresentação de Valores Correspondentes

A administração da Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2021 em função da revisão da política contábil referente a capitalização dos custos de empréstimos de exercícios anteriores. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de divergência e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e referem-se a uma avaliação mais aprofundada das normas contábeis – em linha com as exigências previstas na ICPC 01: Contratos de Concessão, correlacionada à norma internacional IFRIC 12, e igualmente no CPC 20: Custos dos Empréstimos, correlacionado à IAS 23.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia vinha reconhecendo tais custos diretamente no resultado do exercício em linha específica de despesas financeiras. Após uma avaliação sobre a essência econômica das operações de financiamento, houve uma mudança desse entendimento, sendo que a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com ajustes retrospectivos, os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção do ativo intangível de concessão passam a ser registrados como parte do custo deste ativo.

A administração da Companhia entende que tal alteração de prática contábil irá produzir demonstrações financeiras mais fidedignas e com informações mais relevantes aos seus usuários. Isso porque essa forma de contabilização melhor respeita a essência econômica da concessão e do respectivo financiamento correspondente para os investimentos necessários.

Os resultados e os impactos dessa alteração de política contábil para o exercício corrente e passados, em linha com as exigências do CPC 23, são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	845		845	758		758
Aplicações financeiras	27.810		27.810	63.851		63.851
Contas a receber	16.563		16.563	13.606		13.606
Despesas pagas antecipadamente	1.343		1.343	384		384
Adiantamento a fornecedores	1.050		1.050	736		736
Partes relacionadas	2.593		2.593	2.413		2.413
Outros créditos	602		602	3.199		3.199
Total do ativo circulante	50.806	-	50.806	84.947	-	84.947
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais	1.767		1.767	2.212		2.212
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.998	(14.998)	-	21.438	(21.438)	-
Total do realizável a longo prazo	16.765	(14.998)	1.767	23.650	(21.438)	2.212
Imobilizado	10.992		10.992	6.004		6.004
Intangível	1.088.438	175.728	1.264.166	987.108	142.565	1.129.673
Total do ativo não circulante	1.116.195	160.730	1.276.925	1.016.762	121.127	1.137.889
Total do ativo	1.167.001	160.730	1.327.731	1.101.709	121.127	1.222.836

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	31.517		31.517	28		28
Debêntures	43.207		43.207	39.745		39.745
Fornecedores	109.322		109.322	62.920		62.920
Arrendamento por direito de uso	755		755	427		427
Passivo fiscal	2.826		2.826	3.900		3.900
Obrigações sociais	2.509		2.509	2.005		2.005
Provisão para manutenção	9.653		9.653	12.286		12.286
Partes relacionadas	5.607		5.607	10.868		10.868
Outras contas a pagar	9.959		9.959	16.533		16.533
Total do passivo circulante	215.355	-	215.355	148.712	-	148.712
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	3.888		3.888	-		-
Debêntures	723.996		723.996	648.935		648.935
Arrendamento por direito de uso	834		834	96		96
Provisão para manutenção	10.649		10.649	30.258		30.258
Provisão para contingências	986		986	1.563		1.563
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	44.750	44.750	-	27.034	27.034
Total do passivo não circulante	740.353	44.750	785.103	680.852	27.034	707.886
Patrimônio líquido						
Capital integralizado	402.651		402.651	402.651		402.651
Prejuízos acumulados	(191.358)	115.980	(75.378)	(130.506)	94.093	(36.413)
Total do patrimônio líquido	211.293	115.980	327.273	272.145	94.093	366.238
Total do passivo	955.708	44.750	1.000.458	829.564	27.034	856.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.167.001	160.730	1.327.731	1.101.709	121.127	1.222.836

DRE	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	344.478		344.478
Custo dos serviços prestados	(137.462)	(4.341)	(141.803)
Custo de construção	(128.283)		(128.283)
Lucro bruto	78.732	(4.341)	74.391
Receitas (despesas) operacionais			-
Outros resultados operacionais			-
Despesas gerais e administrativas	(4.124)		(4.124)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	74.608	(4.341)	70.267
Receita financeira	2.513		2.513
Despesa financeira	(131.535)	37.504	(94.031)
Despesas financeiras líquidas	(129.022)	37.504	(91.518)
Resultado antes dos impostos	(54.414)	33.163	(21.251)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.439)	(11.275)	(17.715)
Prejuízo do exercício	(60.853)	21.888	(38.965)

DFC	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(60.853)	21.888	(38.965)
Ajustes para:			
Depreciação	728		728
Amortização	27.804	4.341	32.145
Baixa do ativo imobilizado líquida	1.879		1.879
Provisão para manutenção	55.583		55.583
Provisão para contingências	(577)		(577)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	125.092		125.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.439	11.275	17.715
	156.095	37.504	193.599
(Aumento) redução no ativo:			
Contas a receber	(2.957)		(2.957)
Despesas pagas antecipadamente	(959)		(959)
Outros créditos	2.728		2.728
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	46.402		46.402
Passivo fiscal corrente	(1.074)		(1.074)
Obrigações sociais	504		504
Contas a pagar	(14.941)		(14.941)
Consumo de provisão para manutenção	(77.826)		(77.826)
Outros passivos	1.065		1.065
Juros pagos	(43.788)		(43.788)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	65.248	37.504	102.752
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Partes relacionadas			
Aplicações financeiras	(208.836)		(208.836)
Resgate das aplicações	244.876		244.876
Aquisição de imobilizado	(7.595)		(7.595)
Adição ao intangível	(129.134)	(37.504)	(166.638)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(100.688)	(37.504)	(138.192)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	38.700		38.700
Partes relacionadas	2.930		2.930
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(6.104)		(6.104)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	35.527	-	35.527
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	87	-	87
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	758	-	758
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	845	-	845

DVA	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas operacionais	364.119		364.119
Serviços prestados	221.207		221.207
Receita de construção	128.283		128.283
Outras receitas	14.629		14.629
Insumos adquiridos de terceiros	(217.223)	-	(217.223)
Custos serviços prestados	(19.357)		(19.357)
Custo de construção	(128.283)		(128.283)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.583)		(69.583)
Valor adicionado bruto	146.896	-	146.896
Depreciação de imobilizado	(2.384)		(2.384)
Amortização de intangível	(27.804)	(4.341)	(32.145)
Valor adicionado líquido produzido	116.708	(4.341)	112.367
Receitas financeiras	2.513		2.513
Valor adicionado total a distribuir	119.221	(4.341)	114.880
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	17.987	-	17.987
Remuneração direta	12.834		12.834
Benefícios	4.113		4.113
FGTS	928		928
Outros	112		112
Impostos, taxas e contribuições	28.903	11.275	40.178
Federais	17.601	11.275	28.876
Estaduais	157		157
Municipais	11.145		11.145
Remuneração de capitais de terceiros	133.185	(37.504)	95.681
Juros	131.535	(37.504)	94.031
Aluguéis	1.650		1.650
Remunerações de capitais próprios	(60.853)	21.888	(38.965)
Prejuízo do exercício	(60.853)	21.888	(38.965)
Total distribuição valor adicionado	119.221	(4.341)	114.880

* * *

Diretoria

Guilherme Bastos Martins

Diretor Presidente

Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Relações Institucionais

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia

CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8